

RESENHA

Perspectivas sobre trabalho e gênero no Brasil e na França

Cristiane Soares*

O livro *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* organizado por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi reúne 23 artigos em seis temáticas de discussão que versam sobre a questão da igualdade entre mulheres e homens no Brasil e na França. O prefácio escrito por Tatau Godinho chama a atenção do leitor para os desafios referentes à construção da igualdade de gênero no mundo do trabalho e as diversas possibilidades de análise que o livro proporciona para o conhecimento da situação das mulheres no Brasil e na França por meio de abordagens teóricas e empíricas.

Na parte I, “Entrecruzar as desigualdades”, os artigos têm em comum a discussão da interseccionalidade que permeia o debate de gênero. O artigo de Danièle Kergoat aborda a questão do cuidado como um tipo de trabalho remunerado ou não voltado para a manutenção da vida e o bem-estar das pessoas. A partir da discussão conceitual e das características que definem o trabalho de cuidado, a autora faz uma conexão deste com as relações sociais de sexo, classe, raça, etnia. Ela utiliza ainda o termo consubstancialidade ao invés de interseccionalidade para mostrar essa interação ou operação em conjunto das diferentes relações sociais.

O artigo de Antonio Sérgio Guimarães estabelece o campo da Sociologia – como uma disciplina que trata dos fenômenos sociais – para entender a “natureza social” e o caráter construído de classes, sexos e raças. O autor discorre sobre algumas abordagens teóricas de classe social, raça e sexo e a conexão com a sociologia, cuja dialética se afasta do determinismo biológico.

Ainda com uma abordagem predominantemente teórica, o artigo de Julio Falquet coloca em discussão se as novas formas de trabalho das mulheres marcadas pela profissionalização das atividades femininas, no contexto de mundo globalizado neoliberal, podem ser consideradas um progresso para as mulheres ou são uma nova forma de apropriação de seu trabalho sob a égide de um mesmo modelo patriarcal (racista, colonial e classista). A ideia de apropriação é vista como um motor das transformações das relações sociais de sexo ao tomar por base a teoria feminista materialista. As abordagens teóricas analisadas no artigo constataam que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não se traduz em empregos mais qualificados e com melhores remunerações.

O último artigo desta primeira parte aborda os cuidados numa perspectiva empírica, visto que a autora Adriana Piscitelli analisa a atividade de brasileiras no setor de cuidados na Espanha. O estudo aborda principalmente o trabalho sexual e o cuidado de idosos. Ela mostra a interseccionalidade entre gênero, nacionalidade, etnia, cor, posição social que está imbricada nas categorias ocupacionais que as mulheres migrantes brasileiras ocupam. Destaca ainda que a preferência às brasileiras neste setor remete à domesticidade, valorizando as qualidades de carinho, limpeza e cuidado.

A parte II, “Medir as desigualdades”, reúne artigos que se destacam pela análise de dados estatísticos sobre as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho. Os artigos de Margaret Maruani e Monique Meron e de Nadya Araújo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito abordam a questão da invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho das

* Doutora em Economia e Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Endereço eletrônico: cristiane.soares@ibge.gov.br

mulheres. No primeiro, as autoras utilizam dados censitários da França e das pesquisas de emprego no período mais recente para mostrar que o assalariamento tem sido o aspecto que delimita a atividade laboral das mulheres. Elas citam o caso das atividades domésticas e agrícolas, cujo trabalho das mulheres nem sempre é reconhecido ou remunerado, assim como em países em que a informalidade é elevada. No caso do segundo, os autores abordam a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro a partir dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010. Eles constatam que a incorporação feminina à população economicamente ativa quase quadruplicou nos últimos 50 anos, processo que pode ser denominado como “mercantilização” do trabalho feminino.

Os dois últimos artigos desta segunda parte tratam a questão da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Rachel Silvera ressalta que na França, na atualidade, as mulheres recebem 27% menos que os homens, embora os empregos não sejam os mesmos do século passado e a desigualdade fosse bem mais elevada. O texto explica também que o trabalho parcial é bastante feminizado e as mulheres continuam concentradas em poucas profissões e setores (segregação horizontal), assim como em segmentos pouco qualificados de um mesmo setor (segregação vertical). Além disso, o acesso das mulheres a cargos de decisão também continua limitado. Por outro lado, o artigo de Lena Lavinas, Ana Carolina Cordilha e Gabriela Freitas da Cruz faz uma análise descritiva e multivariada acerca das assimetrias de gênero no mercado de trabalho para o período recente, a partir de um cenário de crescimento econômico e de novas oportunidades no mercado de trabalho formal. As autoras investigam os efeitos do crescimento do emprego formal na redução das diferenças salariais de gênero a partir de um modelo em painel e constatam que em alguns segmentos os hiatos salariais de gênero aumentaram, principalmente entre os mais escolarizados.

Na parte III, “Trabalho e uso do tempo”, os artigos versam sobre as jornadas de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres, cujo aspecto é crucial na discussão das desigualdades de gênero. O artigo de Laís Abramo e Maria Elena Valenzuela faz uma discussão sobre o tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. As autoras abordam questões importantes para uma ampla discussão sobre cuidados, cuja relação é intrínseca à noção de trabalho decente. São analisados aspectos relativos à crise de cuidados e os marcos normativos; a oferta de creches e pré-escola como mecanismo de conciliação entre vida familiar e trabalho; os impactos do processo de envelhecimento na carga de trabalho das mulheres; as jornadas de trabalho e a pobreza de tempo; e as trabalhadoras domésticas que, para as autoras, são o elo mais débil da cadeia de cuidados. Por sua vez, Monique Meron, em seu artigo, destaca também as mudanças conceituais e metodológicas nas Pesquisas de Uso do Tempo realizadas na França entre 1974 e 2010. A análise dessas mudanças é importante não somente porque retrata as transformações da sociedade francesa nas últimas quatro décadas, mas também porque discute os efeitos destas nas definições de trabalho e na divisão de atividades entre homens e mulheres.

O artigo de Maria Betânia Ávila faz uma reflexão acerca de duas dimensões que envolvem o tempo de trabalho doméstico: tempo cotidiano e tempo histórico. O primeiro está relacionado à organização da vida dos sujeitos, enquanto o segundo se refere à relação entre duas temporalidades e explicita a tensão entre servidão e cidadania. A autora analisa a relação entre direitos e a exploração do trabalho doméstico remunerado. É dentro das contradições envolvendo relações de classe e de raça que a apropriação do tempo de trabalho das mulheres se mostra um elemento central com o qual estão diretamente relacionadas a divisão sexual do trabalho e a sua reprodução.

A parte IV, “O gênero das carreiras artísticas e científicas”, analisa a inserção das mulheres em áreas de ensino e profissional, cuja presença feminina é bastante reduzida. O artigo de Alice Rangel de Paiva Abreu, Maria Coleta de Oliveira, Joice Vieira e Gláucia dos Santos Marcondes traz alguns dos principais resultados obtidos no projeto internacional

“Avaliação Nacional de Gênero, Ciência, Tecnologia e Inovação: programa para a igualdade de gênero e a sociedade do conhecimento”. O texto aborda os avanços e desafios das mulheres na sociedade do conhecimento, principalmente no campo da educação e do trabalho.

O artigo de Nathalie Lapeyre, por sua vez, consiste num estudo do impacto da política de desenvolvimento de carreiras para homens e mulheres de uma grande empresa francesa de alto conteúdo tecnológico no ramo da construção e comercialização de aeronaves. O estudo foca na análise de trajetórias profissionais de mulheres em posição de gestão e de engenheiras neste segmento. O artigo de Maria Rosa Lombardi e Débora de Fina Gonzalez analisa também a posição das mulheres nas carreiras de engenharia, seja no campo do ensino, como na atividade profissional. O estudo aborda ainda pesquisa realizada com a Diretoria da Mulher da Federação de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e o Grupo de Estudos de Gênero da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poligen) com o objetivo de analisar a mobilização feminina nas engenharias. As entrevistas com as engenheiras e estudantes indicam que houve avanços nos últimos anos, mas há ainda grande dificuldade de inserção e ascensão e as conquistas ainda não são definitivas.

Ainda nessa discussão da inserção das mulheres em carreiras não tradicionais, o artigo de Liliana Segnini analisa o segmento de formações orquestrais e chama a atenção para postos de trabalho que ainda são predominantemente masculinos, tais como concertinos, *spallas*, regentes, cuja inserção é influenciada por relações de gênero e classe. Além dos dados obtidos na PNAD (IBGE) e RAIS (MTE), a autora destaca o caso do Theatro Municipal de São Paulo e a questão da instabilidade do trabalho.

A parte V do livro, “Cuidado, dinâmicas familiares e profissionais”, aborda algumas experiências de mulheres nas atividades de cuidado. O artigo de Helena Hirata mostra que apesar das diferenças entre Brasil e França, o trabalho das mulheres em atividades de cuidado, seja ele remunerado ou não, se constitui uma das múltiplas facetas do trabalho precário: mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado. A única diferença é que este tipo de trabalho na Europa, na maioria das vezes, é exercido por imigrantes; enquanto no Brasil as empregadas domésticas e faxineiras, sem vínculo formal e oriundas de estados do Nordeste, constituem as principais representantes. Os perfis dos empregados que se dedicam ao cuidado domiciliar no Brasil e na França, obtidos a partir de entrevistas, não são muito diferentes; contudo, o nível educacional e o grau de experiência são consideravelmente mais elevados no caso francês.

Aurélie Damamme aborda também questões relativas ao cuidado na França tendo como foco o acompanhamento de pessoas com comprometimento cognitivo em sentido amplo. A autora discute as diferentes abordagens de cuidado, bem como chama atenção para a importância do Estado no processo e a formação de uma rede de apoio, de modo que a gestão deixe de ser apenas “doméstica”. A questão central do artigo discorre sobre a coordenação das temporalidades entre os diferentes protagonistas que contribuem para a produção do cuidado e sua continuidade. E o que fica claro é que os ajustes temporais incumbem ainda mais as mulheres, cujas trajetórias profissionais são afetadas pelo cuidado.

O artigo de Ângelo Soares faz uma reflexão sobre as especificidades do cuidado, que depende da pessoa que será objeto dele (quem recebe ou quem oferece cuidado). O artigo analisa ainda a questão da confiança, que é um fenômeno complexo e abrange as dimensões comportamental, cognitiva e emocional, cujo aspecto é fundamental no processo de cuidado e perpassa as relações sociais de classe, gênero, idade e raça.

Por fim, a contribuição de Luz Gabriela Arango nesta parte é a análise de segmentos dos serviços pessoais – cabeleireiro e manicure – que nem sempre são tratados como cuidados num contexto mais restrito. Segundo a autora, as normas de aparência são atravessadas pelo gênero e condicionam hierarquias simbólicas entre mulheres. O cabelo crespo, por exemplo, é visto como sinal de inferioridade. Todos os serviços ao cliente

analisados estavam centrados no desenvolvimento da autoestima das mulheres negras e destacam os efeitos *reparadores* do cuidado.

A parte VI, “Cuidado, políticas sociais e cidadania”, aborda a questão do cuidado no âmbito das políticas públicas. O artigo de Marc Bessim considera que o cuidado é um processo temporal e que a noção de temporalidade é socialmente atribuída ao feminino. Destaca a importância de articular cuidado e Estado social. A politização do cuidado é vista como um mecanismo de discussão das relações sociais de sexo em que a dimensão temporal é a base das problemáticas de gênero. O conceito de “presença” é empregado para se referir tanto à disponibilidade como às responsabilidades temporais que, para as mulheres, se configuram como uma “dupla presença”.

Guita Grin Debert, por sua vez, parte de duas “soluções” contrastantes sobre a diminuição da oferta de cuidados, a responsabilidade do Estado na provisão dos cuidados e o papel da família nos cuidados, para mostrar os dilemas envolvidos na combinação dessas soluções no âmbito das políticas públicas. Em relação ao processo de envelhecimento, o texto destaca que muitas das vezes se enfatiza o envelhecimento como algo positivo e se procura encobrir os problemas associados às idades mais avançadas, como a perda de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais, isto é, situações de dependência e perda de autonomia funcional, cuja responsabilidade é repassada para as mulheres.

Note-se que o artigo de Guita Grin Debert aborda questões relativas à temática de violência com a análise das situações enfrentadas nas Delegacias Especiais de Polícia de Proteção aos Idosos. Este aspecto se complementa com a análise feita por Bila Sorj, cujo artigo inicialmente chama a atenção para o papel das mães/mulheres na prevenção da violência e na participação comunitária. O estudo tem como foco as Mulheres da Paz, cujo projeto visava à capacitação de mulheres de comunidades para atuarem na prevenção e enfrentamento da violência local que atinge jovens e mulheres. A partir desta perspectiva, foram analisados os novos desenhos da política social de combate à violência, pobreza e vulnerabilidade social, cujo modelo tinha forte influência da agenda internacional de desenvolvimento.

O artigo de Florence Jany-Catrice contribui com a discussão sobre políticas públicas e cuidados a partir de uma análise do ponto de vista econômico da oferta de “serviços à pessoa”, cuja atividade tem a característica de liberar as pessoas do tempo restrito às atividades domésticas e de cuidado. A implicação da oferta mercantil de serviços pessoais consiste numa recomposição do tempo doméstico em tempo assalariado. Neste sentido, o texto analisa o cuidado como uma questão econômica de consumo, que remete à capacidade deste segmento de contribuir para a geração de emprego e de colaborar para o bem-estar social, revisitando os modelos de desenvolvimento.

Em suma, o livro resenhado consiste numa importante contribuição para a literatura sobre Gênero e Trabalho. Ao abordar a temática a partir de uma perspectiva interseccional (isto é, considerando a sobreposição ou intersecção de identidades sociais inseridas em sistemas específicos de opressão, dominação ou discriminação), permite constatar como as questões de gênero interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos no mundo do trabalho. Ao dar ênfase em aspectos referentes aos cuidados pessoais, permite combinar análises que podem ser consideradas complementares ou adjacentes, oferecendo um rico referencial conceitual, teórico e empírico. Ao ressaltar o uso do tempo, a inserção de mulheres em carreiras não tradicionais e o papel das políticas públicas, possibilita aos leitores uma visão ampla e abrangente de questões centrais para o debate contemporâneo.

REFERÊNCIA

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 284 p. (Coleção Mundo do Trabalho).’